



O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE Balsa: UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE ROMANIZAÇÃO

Norma Musco Mendes*

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

normamusco@globocom.com

RESUMO: O objetivo deste artigo consiste em discutir o conceito de romanização e em explorar alguns dos temas centrais da teoria pós-colonial. Nosso terceiro objetivo consiste em observar de maneira refletida o impacto da dominação de Roma na paisagem do sul da província da Lusitânia através da organização das civitates e da produção do espaço urbano social da civitas de Balsa.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the concept of Romanization and to explore some of the central themes of post-colonial theory. Our third aim is to look reflexively at the impact of Rome's domination on the landscape in the south of Lusitania's province by the organization of the *civitates* and the production of the urban social space of the *civitas of Balsa*.

PALAVRAS-CHAVE: Romanização — Teoria pós-colonial – A *civitas de Balsa*

KEYWORDS: Romanization – Post-colonial theory – The *civitas of Balsa*

Este artigo¹ se relaciona aos resultados parciais obtidos pelo projeto de pesquisa intitulado “As estratégias de intervenção no espaço e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia”, em realização com o auxílio do CNPq, através da concessão de bolsa de produtividade de pesquisa. A problemática central é o estudo das especificidades da experiência imperialista Romana, enfocando principalmente, as relações entre culturas, as questões de identidade e de poder. Tais objetivos permitem que o projeto seja vinculado à proposta acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, visto que busca discutir e comparar a conexão entre poder e cultura num contexto imperial, visando verificar as diferentes respostas sociais.

* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é Prof. Adjunto 4 da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Membro de corpo editorial da Phoenix (UFRJ).

¹ As reflexões apresentadas neste artigo foram expostas nos seguintes eventos científicos: VIII Jornada do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA) da UFF, julho de 2006 e XVI Ciclo de Debates de História Antiga do Laboratório de História Antiga (LHIA) da UFRJ, em novembro de 2006.

Conforme fica explícito no título, a pesquisa segue a tendência atual de desenvolvimento de estudos regionais, pois procuramos validar nossas hipóteses através de um estudo de caso: a organização do espaço no sul da Lusitânia.

Inicialmente, torna-se necessário buscar uma definição, mesmo que seja provisória, para o termo Romanização, o qual atualmente se encontra em ampla discussão e depois pretendo validá-la com a análise dos dados extraídos das interpretações dos arqueólogos e epigrafistas sobre o sítio da cidade de Balsa, localizada no sul do Algarve.

O Termo Romanização

Romanização é um termo que surge na historiografia de fins do século XIX e início do século XX para significar o contato entre os Romanos e os outros povos. Ou melhor, a adoção dos padrões estético e ético dos Romanos nas práticas de consumo e produção encontrados nas províncias e nas regiões de fronteiras do Império. Tal conceito é um bom exemplo para demonstrar como o historiador circula por três níveis teóricos de representação do real, tais como: realidade teórica (formal e pré-estabelecida pelo conhecimento científico), realidade historiográfica (construída pelo historiador, discurso interpretativo) e a realidade documental (dados de natureza diversa dos veículos de informação). Isto porque o termo vem sendo reinterpretado de acordo com as transformações e novas exigências impostas pelos distintos contextos histórico-culturais.

Na historiografia de fins do século XIX e inícios do século XX são evidentes os paralelos entre o Império Romano e aqueles construídos pelas potências imperialistas do mundo moderno.

A experiência imperialista romana foi apropriada pelos discursos ideológicos das potências coloniais, que a utilizaram para justificar e legitimar o direito de conquista, vinculando a ação imperialista da Inglaterra, França, Itália como herdeiras de Roma e como uma forma legítima de disseminar entre os nativos o que os Romanos chamavam de civilização.

As análises sobre o contato entre sociedades diferentes eram norteadas pelo conceito de que a sociedade humana era governada pelo seu próprio conjunto de normas, valores e idéias que guiavam o comportamento coletivo. As culturas eram

objetivas, homogênea, entidades definidas um das outras por um único sistema de padrões que determinava a conduta dentro dele. As culturas não eram iguais e no século XIX criou-se uma hierarquia baseada em critérios de complexidade social e técnica da selvageria à civilização.

Neste contexto histórico-cultural foram produzidos esquemas de análises baseados em abordagens, as quais consideram o Império Romano de “imperialista” no sentido específico que este termo adquiriu desde o final do século XIX.

Para designar a forma de mudança cultural resultante da incorporação de uma cultura sobre outra o termo Romanização, construído principalmente por F.Haverfield e F.de Coulanges, se vincula ao conceito de aculturação usado pela antropologia e pela sociologia entre os anos de 1920 e 1960.

Vincula-se a estas abordagens, a lógica de uma Romanização progressista e uniforme, cujo conceito implica na idéia de transferência de cultura, de mudança cultural por imitação, partindo-se do suposto abandono da identidade nativa pela adoção da cultura Romana como um ato positivo, deliberado, que significava prazer e paz. Momento que significou uma barreira temporal na parte Ocidental do Império entre a organização tribal da chamada Idade do Ferro e a sua incorporação à sociedade Romana. Th. Mommsen² e F. Haverfield³ construíram a idéia de que a divulgação e adoção dos padrões culturais Romanos eram entendidas como sendo mais avançada e mais "progressista" e, portanto, quanto mais era adotada pelos nativos maior seria a sua presença. Esta noção refletia a ideologia imperialista Britânica, perante a qual o conceito de progresso estava interligado ao do Império Britânico. Esta perspectiva marcou os estudos arqueológicos e as escavações, pois a teoria e a metodologia de análise estavam baseadas na oposição básica entre duas categorias: civilizado e primitivo.⁴

² MOMMSEN, Th. **Römische Geschichte IV**. Berlin: [s.n], 1874.

³ HAVERFIELD, F. **The Romanization of Britain** – Proceedings of the British Academy, Londres: Oxford, 1905-1906.

⁴ MENDES, N. M. Romanização: cultura imperial. **PHOINIX**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 307-325. v. 5.; FREEMAN, P. W. M. The Construction and deconstruction of Romanization. In: MATTINGLY, D. J. (Ed.). **Dialogues in Roman Imperialism**. London: Oxbow Books, 1997. 27-50; e HINGLEY, R. The legacy of Rome: the “rise”, decline and fall of the theory of Romanization. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. J. (Eds.). **Roman imperialism: post-colonial perspectives**. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester (Leicester Archaeology Monographs No 3), 1996. p. 35-48.

O princípio de aculturação pressupõe que as populações indígenas tinham um primitivo nível de cultura e tiveram pouco a fazer, a não ser absorver a “alta cultura” dos colonialistas.⁵

De acordo com R. Hingley⁶ e Sîan Jones⁷ ambas as formas de análise com base na aculturação são produtos da era colonial e do interesse de assimilação das sociedades não Ocidentais no contexto colonial e das comunidades de imigrantes na sociedade Ocidental.

Tal tipo de abordagem passou a ser questionada por sua conotação pejorativa, inapropriada cientificamente e, conforme já afirmamos, considerada como construções dos regimes coloniais. Ademais, as idéias sobre “sociedade primitiva” incorporada ao conceito de tribo como uma unidade fechada, homeostática e impermeável, tornou-se difícil de ser sustentada após as mudanças trazidas pelo neocolonialismo, demonstradas pelos movimentos nacionais de libertação.

De certa forma podemos dizer que a noção de aculturação foi reinterpretada pelos trabalhos de M. Millet⁸ e C. Haselgrove,⁹ os quais se afastam das idéias de progresso moral e social, mas afirmam que a mudança cultural no Alto Império Romano na Europa Ocidental foi uma forma de interação cultural direcional, resultando na imitação dos padrões culturais Romanos pelos provinciais, como o resultado do “desejo” de ser Romano. Ou melhor, este processo envolveu, principalmente, uma adoção homogênea da cultura Romana pelas populações indígenas, a qual foi encorajada pelas próprias elites locais das províncias Ocidentais como uma forma de identificação com Roma e de reprodução do poder social local. Esta última linha de raciocínio é muito útil como um argumento explicativo para a estrutura política do Império Romano. Sempre que foi possível os Romanos utilizavam da organização tribal pré-existente na estruturação das novas províncias, principalmente, cooptando com as elites locais e as tornando responsáveis pelo governo das *civitates*.

⁵ HALL, J. **Hellenicity**. University of Chicago Press, 2002, p. 104.

⁶ HINGLEY, R. The legacy of Rome: the “rise”, decline and fall of the teory of Romanization. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. J. (Eds.). **Roman imperialism: post-colonial perspectives**. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester (Leicester Archaeology Monographs No 3), 1996.

⁷ JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity**. London: Routledge, 1997.

⁸ MILLET, M. **The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation**. Cambridge University Press, 1990.

⁹ HASELGROVE, C. Romanization: some archaeological interpretation. IN: BLAGG, Th.; MILLET, M. **The Early Roman Empire in the West**. Oxford: Oxbow Books, 1990. p. 45-71. (digital reprint 2002.)

As obras acima mencionadas são importantes contribuições para a interação do processo sociocultural e as relações sociais que sucedeu a conquista romana. Porém, são passíveis de crítica porque defendem a formação de uma hierarquia social provincial através de um processo de imitação da cultura Romana.

Tal tipo de abordagem baseada na unicidade do estilo Romano de cultura material passou a ser criticada principalmente com o desenvolvimento da teoria pós-colonial,¹⁰ a qual despertou a necessidade de reavaliar as antigas matrizes historiográficas sobre o conceito de Romanização e de Império Romano, construídas no contexto histórico-cultural do imperialismo moderno. Apresenta como pressuposto a idéia de que o Império Romano foi uma construção para integrar e criar um sentimento de coerência às numerosas “experiências divergentes”¹¹ e, assim, estabelecer um sistema de domínio.

A teoria pós-colonial tem como objetivo reconstruir os estudos sobre o Império Romano, sugerindo que as análises devem ser norteadas por três aspectos inter-relacionados: tentativas de estudos descentralizados; buscar as respostas complexas e variadas dos provinciais ao contato colonial e trabalhos que sugerem uma oposição aberta ou camuflada à dominação imperial.¹²

Esta postura teórica preocupa-se com uma linha de abordagem que privilegia como unidade de análise as periferias, afastando-se dos estudos centralizados na ótica de Roma. Ou melhor, defende a existência da heterogeneidade na definição daquilo que se classifica como Romano ou nativo. O que se encontra nas regiões do Império Romano, com base na análise dos vestígios materiais é uma situação de grande complexidade. Em muitas províncias, através de intermediários, a cultura Romana

¹⁰ Vide SAID, E. **Cultura e Imperialismo** São Paulo: Companhia das Letras 1995; _____. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; WEBSTER, J.; COOPER, N. J. (Eds.). **Roman imperialism: post-colonial perspectives**. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996; MATTINGLY, D. J. (Ed.). **Dialogues in Roman Imperialism**. London: Oxbow Books, 1997; KEAY, S.; TERRENATO, N. **Italy and the West: comparative issue in Romanization**. Oxford: Oxbow Books, 2001; BLAGG, Th.; MILLET, M. **The Early Roman Empire in the West**. Oxford: Oxbow Books, 1990.

¹¹ Ed. Said produziu importantes estudos sobre os aspectos sociais e literários do moderno imperialismo e do colonialismo. A noção de “experiência divergente” proposta por Ed. Said admite que mesmo existindo um núcleo subjetivo irreduzível na experiência humana, essa experiência também é secular e histórica, acessível à análise e à interpretação, e que as experiências específicas das sociedades ou grupos apresentam histórias profundamente entrelaçadas e complexas. Neste sentido, num contexto imperial as experiências divergentes dos súditos devem ser pensadas e interpretadas em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas coexistindo e interagindo entre si. (SAID, 1995, op. cit., p.64.)

¹² Cf. HINGLEY, R. The legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization. In: WEBSTER; COOPER, 1996, op. cit., p. 35-48

chegou após já ter interagido com culturas diferentes. Ademais, a apropriação das instituições, práticas sociais e os itens da considerada cultura material dos Romanos variou de significado e intensidade de acordo com as características regionais e os interesses dos distintos grupos sociais que formavam as comunidades nativas.

J. Webster¹³ afirma que esta teoria não é simplesmente anti-colonialista e nem pretende desenvolver uma visão positiva do imperialismo Romano, pois deve ser considerado que igualmente a *Pax Britannica*, a *Pax Romana* significou violência, provocou distúrbios e significou a perda da liberdade das comunidades nativas, mesmo deparando-se com reações de consentimento e/ou de resistência.

Dominação é uma forma institucionalizada de poder e a resistência é necessariamente uma oposição organizada ao poder estabelecido. No entanto, as modernas teorias da Arqueologia, da Antropologia e da Sociologia demonstram que os processos de mudança em muitas sociedades são complexos e que a diversidade de comportamentos e significados pode aparecer nas diversas formas de discursos produzidos por uma sociedade. M. Foucault¹⁴ ressaltou tais discursos como formas de poder menos institucionalizadas, mais evasivas e cotidianas. O sociólogo James Scott¹⁵ em seus estudos sobre as relações de poder se baseia na natureza do comportamento público entre dominador e dominados, afirmando que cada grupo tem as suas modalidades de discursos: “transcritos públicos” – (auto-retrato da elite dominante, forma como ela quer ser vista, representações que nos fornecem convincentes evidências do sistema de valores da ideologia de poder) – e “transcritos ocultos” – (discursos, ressentimentos, gestos, práticas que confirmam, contradizem ou mudam o “transcrito público”, produzidas pelos subordinados). Afirma, ainda, que o grau de divergência entre estes dois tipos de discursos possibilita o entendimento do impacto dos níveis de dominação em qualquer sociedade. Deixa claro que nem todas as formas

¹³ WEBSTER, J. Roman imperialism and the “post imperial age. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. J. (Eds.). **Roman imperialism: post-colonial perspectives.** Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996. p. 1-17

¹⁴ As contribuições de M. Foucault para a teoria pós-colonial vinculam-se as suas observações sobre a relação entre conhecimento/ saber/ épistémè/ formações discursivas existentes em todos os níveis na sociedade e poder, o qual não existe num único e determinado lugar, mas num feixe de relações. Poder não é somente um fator negativo e repressivo na sociedade. O poder imperial (poder que diz não) entrou em conflito tanto com a resistência aberta como também com o “poder fazer” dos indígenas. Parte-se do princípio de que os agentes desta relação de poder são aqueles que resistem ativamente, aqueles que negociam e que procuram uma medida de acomodação com o grupo dominante sendo capaz de ser autorizado no processo das relações sociais.

¹⁵ SCOTT, J. C. **Domination and the Arts of Resistance.** New Haven / London: Yale University Press, 1990. p. 1-16

de resistência têm de ser abertas e violentas. Logo, acredito que esta noção de resistência é uma categoria analítica que permite ressaltar a presença e a atuação do poder em várias formas de relacionamento entre dominadores e dominados, podendo ser observada através das formas de comportamento e da cultura material.

Neste sentido, cabe ressaltar o recente artigo de J. Webster,¹⁶ com base nos estudos comparativos sobre a arte em contextos coloniais, propõe a substituição do termo Romanização por Crioulização. Ou seja, defende a aplicação da teoria da crioulização, utilizada para explicar a criação das sociedades Afro-Americana e Afro-Caribeanas, para o estudo do processo de ajustamento multicultural e da interação sócio-política para o estudo da arte provincial no Ocidente Romano. A autora analisa a arte religiosa Romana-Céltica da Britânia como uma expressão de resistência à Roma, na medida em que defende que, apesar da elite nativa se apropriar e difundir a alta cultura do dominador, o restante da população fez uso das formas romanizadas para adaptar as estruturas das crenças nativas aos novos tempos.

Em busca de uma redefinição para o conceito de Romanização G. Woolf afirma que o termo Romanização não tem um potencial explicativo. Deve ser entendido como um termo guarda-chuva para abarcar os múltiplos processos de mudanças sócio-culturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos que teve início com o relacionamento entre os considerados padrões culturais Romanos e a diversidade cultural provincial. Foram simultaneamente processos de mudanças sócio-culturais desiguais surgidos através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas. Concorda com a posição de W.V. Harris no sentido de que “Romanização deve ter sido o processo através do qual, os habitantes se tornavam e se identificavam como Romanos, mas havia mais de um tipo de Romano e os estudos da cultura provincial deve considerar a diversidade cultural, assim como, a unidade do Império”.¹⁷

Acredito que um argumento explicativo para estes processos de mudanças possa ser encontrado na tese de Sîan Jones que propõe uma reconsideração do termo Romanização, com base na aplicação do conceito de etnicidade para o estudo da Arqueologia da Britania.

¹⁶ WEBSTER, J. Art as Resistance and Negotiation. In: SCOTT, S.; WEBSTER, J. (Eds.). **Roman Imperialism and Provincial Art**. New York: Cambridge Ancient Press, 2003. p. 24-51.

¹⁷ WOOLF, G. **Becoming Roman**. New York: Cambridge University Press, 1998, p. 7.

Entende a etnicidade como todos os fenômenos sociais e psicológicos associados com a identidade do grupo e construída culturalmente. O conceito de etnicidade focaliza as formas pelas quais os processos de interação social e cultural interagem entre si para a identificação e interação dos grupos étnicos.

Tal raciocínio se baseia no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu,¹⁸ o qual procura estabelecer uma lógica para os meios e as modalidades de apropriação de bens culturais, podendo ser definido como: as estruturas mentais mediante as quais os homens apreendem o mundo social, as quais são essencialmente, produtos da internalização dessas mesmas estruturas do mundo social. Assim, *habitus* é ao mesmo tempo um estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção das mesmas, mas também uma estrutura estruturada. Quer dizer, *habitus* é determinado pelo mundo social e, ao mesmo tempo é determinado pela percepção que dele se tenha.¹⁹

Sîan Jones ressalta que o registro arqueológico evidencia a *praxis* do processo de interação social, ou melhor, de construção da etnicidade, pois envolve a produção e o consumo dos distintos estilos da cultura material. Entendida como realização da etnicidade, a cultura material se constitui mais no produto da interseção dos interesses e oposições entre os grupos sociais, em particulares contextos históricos, do que em categorias abstratas da diferença.²⁰ Logo, penso que esta linha de raciocínio contempla a possibilidade da existência de uma resistência pacífica, a qual não pode ser expressa através da literatura, mas através das formas de comportamento e da cultura material.²¹

Os estudos em realização com base na documentação de cultura material do sul da Lusitânia nos aproximam das formas de abordagem desenvolvidas por G. Woolf e Sîan Jones e indicam que os processos de mudanças sócio-culturais descritas pelo termo Romanização devem ser estudadas numa dinâmica de assimilação, ajustamento, conflito, negociação e resistência.

Em linhas gerais podemos dizer que a organização da província da Lusitânia significou uma nova concepção de mundo para os nativos e modificou as formas de

¹⁸ BOURDIEU, P. **In other words. Essays towards a reflexive sociology.** Londres: Polity Press, 1990.

¹⁹ Cf. CARDOSO, C. F. de S. Uma Opinião sobre as Representações Sociais. In: CARDOSO, C. F. de S.; MALERBA, J. **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar.** São Paulo: Papyrus, 2000. p. 9-40.

²⁰ Cf. JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity.** London: Routledge, 1997. Cap.6

²¹ As populações do Ocidente eram não letradas e a tradição clássica nos transmite a idéia de que as províncias se transformaram em territórios Romanos pacíficos. Portanto, o registro arqueológico é considerado por muitos especialistas como “textos”, cuja interpretação é muito mais complexa e difícil. Daí, a necessidade de construção de hipóteses, modelos teóricos e busca de analogias. Vide MATTINGLY, D. J. (Ed.). **Dialogues in Roman Imperialism.** London: Oxbow Books, 1997. p. 7-27.

assentamento e organização do território, criando uma paisagem híbrida (imbricamento entre o físico, o econômico e o político) materializada pela criação de novas estratégias de intervenção (retificação, ordenação, exploração de recursos) e de novas formas nativas de relações sociais.

M. Augé²² afirma que a organização do espaço é constituída por duas modalidades de lugares. Por um lado, o espaço concreto e simbólico definido como “lugar antropológico”. Lugares que no interior de um mesmo grupo social são compartilhados, especializados e transformados em “lugares de memória”. Ao mesmo tempo, eles são delimitadores da posição dos grupos sociais no sistema de valores, na hierarquia social e nas relações de poder. Logo, são lugares que atuam simultaneamente como referenciais das relações sociais, da identidade e da história de um grupo social.

Por outro lado, Augé também afirma a existência na organização do espaço de não lugares, os quais são impessoais, inexploráveis e, portanto, não expressam identidade, relações e história.

Certamente, procuramos trabalhar com o conceito de espaço como uma categoria de análise histórica aberta a múltiplas dimensões. Desta forma, poderemos aplicar, concomitantemente, o conceito de “lugar antropológico”, que de acordo com Ciro Cardoso “cria o que é organicamente social”²³ e a noção de espaço social de H. Lefebvre,²⁴ para entendermos a construção da paisagem imperial na Lusitânia.

O conceito de espaço social de H. Lefebvre envolve a interseção de três dimensões distintas:

1- Representações do Espaço – concepção da sociedade que envolve os conhecimentos que permitem compreender e ordenar as práticas materiais (geografia, arquitetura, planejamento);

2- Prática Espacial – produção e reprodução do conjunto espacial característico de cada sociedade. Assegura a continuidade e certo grau de coesão. É a dimensão da materialidade, da concretude do espaço, das construções, com as quais os homens se habitam no seu dia-a-dia;

3- Espaços Representacionais – dimensão da vivência cotidiana, implicando nos códigos, signos, simbolismo das construções materiais que funcionam como

²² AUGÉ, M. *Non-Lieux*. Paris: Ed. Seuil, 1992.

²³ Cf. CARDOSO, C. *Um Historiador fala de Teoria e Metodologia*. São Paulo: 2005. Cap.2

²⁴ LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

espaços simbólicos, os quais criam novas possibilidades e sentidos para as práticas espaciais.

A definição destas dimensões nos auxilia a compreender que a construção da infra-estrutura imperial romana foi norteada pela concepção de mundo própria da ideologia imperial Romana,²⁵ tendo sido materializada pela forma de anexação do território conquistado, ou seja, a criação das províncias – (região sob a esfera permanente da administração romana, fonte de recursos regulares em forma de tributos e impostos sobre as propriedades territoriais, minas, mercadorias e serviços) – e pela divisão do território provincial em *civitates*.²⁶

Logo, a territorialização do espaço e a construção da paisagem imperial significaram a organização no espaço de lugares delimitadores, os quais simbolizavam o poder de uma entidade política, administrativa e judiciária, ou seja, uma forma de apropriação, intervenção e ordenação do espaço que se fundamentava nas relações de dominação e de autoridade numa determinada temporalidade.

A aplicação destas idéias ao nosso objeto de pesquisa nos remete à prática imperialista e às interações culturais entre nativos e Romanos. Portanto, se insere no contexto dos processos de Romanização e demonstram que a paisagem imperial foi construída de acordo com referenciais identitários, relacionais e históricos dos nativos e dos Romanos. Creio que pode ser explicada de acordo com a proposta de Siân Jones: “*praxis* do processo de interação social”.

Diante dos limites deste artigo limitar-me-ei às plantas da transformação urbana e a algumas inscrições epigráficas da cidade de Balsa como uma forma de refletir sobre a interseção da prática espacial e dos espaços representacionais.²⁷

A cidade simbolizava a ordem moral da sociedade como um todo e a segurança do Império, na medida em que atuava como símbolos do poder de Roma transferido para as províncias. Isto era traduzido pelo sentido das mensagens veiculadas pelas

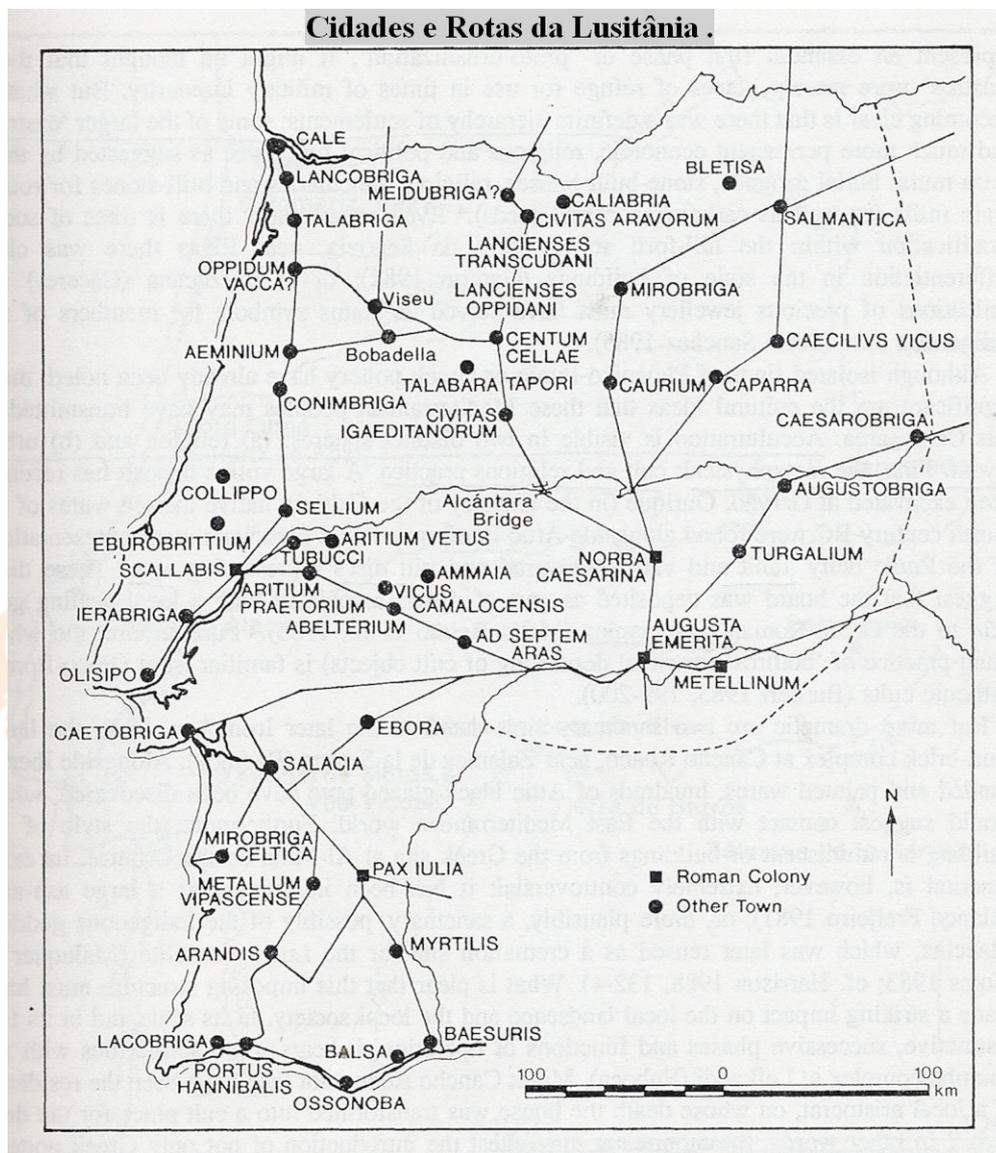
²⁵ Cf. MENDES N. M. O limes reno-danubiano: conceito e prática no Alto Império. PHOINIX. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. 321-334. v. 3; e _____. A Descaracterização do sistema de domínio imperial romano no Ocidente. PHOINIX, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. p. 403-418

²⁶ Uma excelente síntese pode ser encontrada em ALARCÃO, J. O Domínio Romano. In: SERRÃO, J.; MARQUES, O. M. (Coord.). **Nova História de Portugal , Portugal das Origens à Romanização**. Lisboa: Presença, 1990. (Terceira Parte, Capítulos I, I e III)

²⁷ Cabe ressaltar o excelente trabalho que vem sendo realizado com grande esforço pelos arqueólogos portugueses para escavar e preservar os sítios arqueológicos da região do Algarve e, principalmente, a divulgação dos resultados via Internet.

construções materiais, aqui entendidas como “lugares de memória”, que organizavam o espaço urbano.

Mapa da Lusitânia



Fonte: EDMONSON, J. Romanization and Urban Development in Lusitânia. In: BLAGG, Th.; MILLET, M. **The Early Roman Empire in the West**. London: Oxbow Books, 2002, p. 57.

Os recentes trabalhos realizados pelos arqueólogos e epigrafistas portugueses permitem esboçar um modelo da transformação urbanística de Balsa do século I ao IV.

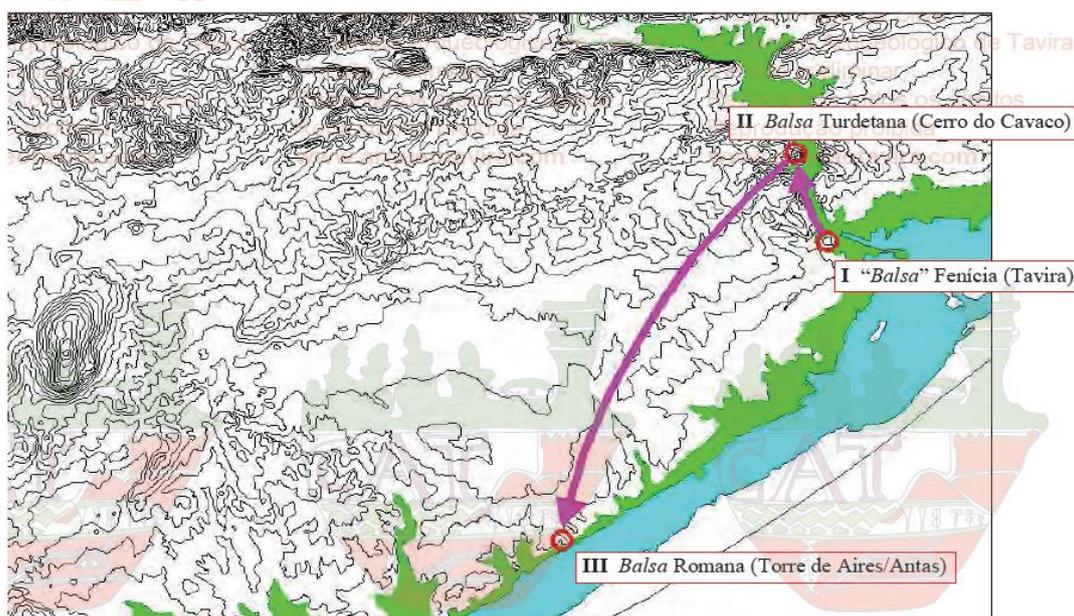
As Origens da Cidade

Um primitivo povoado fenício localizado em Tavira, cuja existência remonta ao século VIII a VI, talvez, chamar-se-ia de *Baal Safon*, *Baal Shamen*, denominação de uma divindade fenícia protetora dos navegantes. Daí, a idéia de que o nome Balsa é de origem fenícia.²⁸ Possivelmente o local foi abandonado, mas voltou a florescer no século V como um centro de pesca e de comércio ligado ao período Tartéssico. Este período é denominado pelos arqueólogos de Tavira Turdetana ou Balsa Tartéssica.

Na segunda metade do século IV o sítio sofre nova destruição e é abandonado. Surge um sítio fortificado na região do Cerro do Cavaco. Esta comunidade independente de indígenas turdetanos, já teria o nome de Balsa.

Em 67, durante a Guerra contra os Piratas, Pompeu, o Grande funda um enclave portuário Romano na região de Torre de d'Aires, e constrói estruturas marítimas que pudessem servir de quebra-mar, dando início à Balsa Romana

Migração da localização do *oppidum* de Balsa²⁹



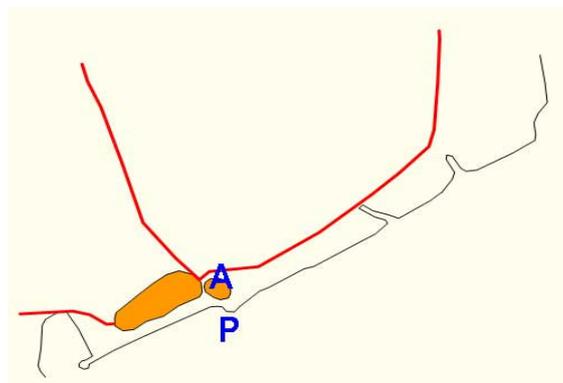
Fonte: SILVA, L. F. Balsa, Cidade Perdida. Disponível em: www.arqueotavira.com

²⁸ MANTAS, V. G. As Civitates: Esboço da Geografia Política e Econômica do Litoral do Algarve Romano. In: PERREIRA, R. (Concep.). *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura, Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997, p. 291

²⁹ Azul – Região costeira onde o mar é raso. Verde – regiões inundadas na Antiguidade

Estágios de Balsa Romana

67-31 a. C

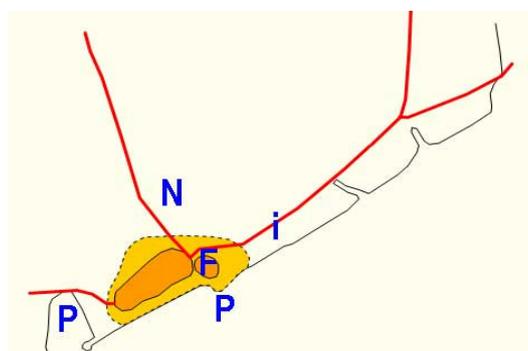


Fonte: SILVA, L. F. Balsa, Cidade Perdida
Disponível em: www.arqueotavira.com

O contato deste *oppidum* indígena turdetanos com os Romanos se insere nos conflitos resultantes das Guerras Cívicas do final do período republicano. Esta comunidade parece ter apoiado Pompeu, o Grande, responsável pela criação na região de Torres d'Aires de um enclave portuário e a construção de estruturas marítimas que pudessem servir de quebra-mar (P). É desta época a cunhagem de moedas que consagra o nome de Balsa. Possivelmente a cidade abrigava uma guarnição romana e, também, serviria como um ponto estratégico marítimo e assegurava uma força auxiliar aliada. Podemos concluir que isto demonstra o interesse de Pompeu em assegurar o domínio do mar e a colonização das terras da Hispânia Ulterior.

Há vestígios de um fosso no local (A) que indicaria a existência de uma fortificação militar (*castellum*) ou de um núcleo indígena separado do povoado.

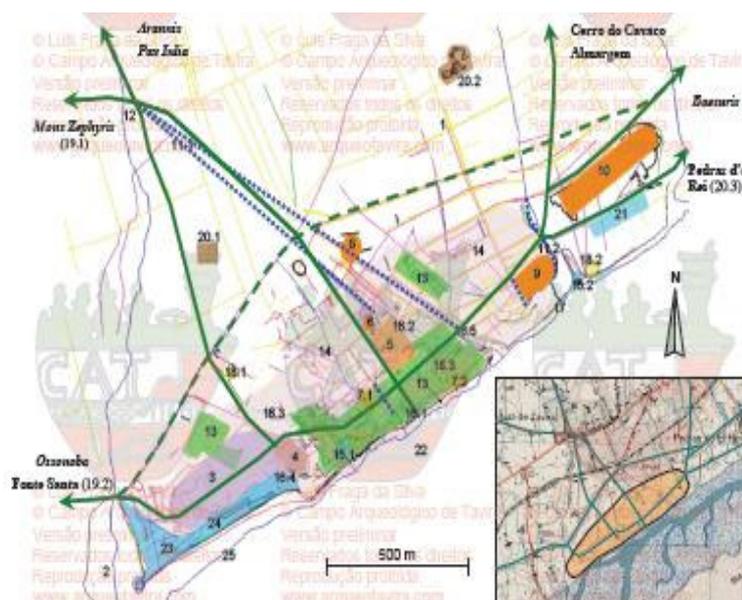
31 a.C. a finais do séc. I



Fonte: SILVA, L. F. Balsa, Cidade Perdida
Disponível em: www.arqueotavira.com

Após a derrota de Pompeu por César, na batalha de Munda em 45, Balsa recebeu o estatuto jurídico de *oppidum stipendiarium*,³⁰ reservado aos indígenas que se aliavam à facção hostil ao general vitorioso. A população conservava as suas próprias leis, não tinham direitos políticos e fiscais e estavam sujeitos a uma tributação. Já se verifica um aumento na área habitada, a antiga fortificação já teria se transformado em um fórum cívico da comunidade (F). Na parte oriental já se encontra vestígios de salga de pescados e de termas (I) e ampliação das estruturas portuárias (P). Isto pode ser explicado pelo desenvolvimento da atividade comercial marítima estimulada pela anexação da Mauritânia, em 42, e com um maior contato com as práticas sociais características da vida urbana. Datação de uma área de necrópole (N).

Planta de Balsa dos séculos I e III



Legenda

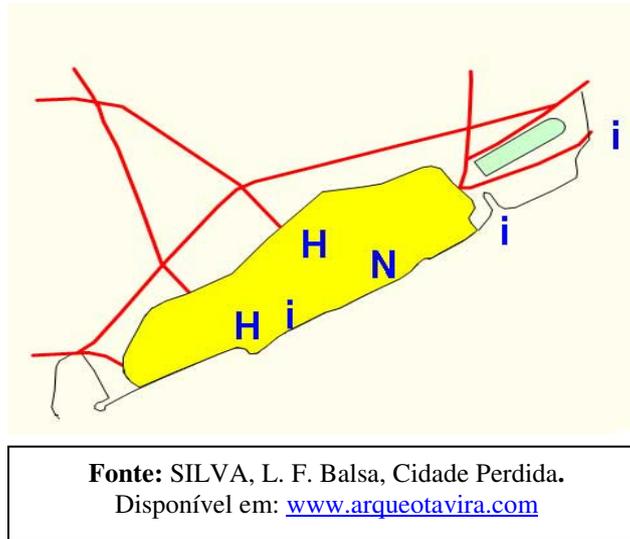
- 1- Limites Cadastrais
- 2- Porto interior e linha costeira antiga
- 3- Perímetro amuralhado talvez por Augusto
- 4- Forum inicial
- 5- Forum posterior
- 6- Teatro
- 8- Edifícios termais
- 9- Templo
- 10- Circo/Hipódromo
- 11- Aquetudo e canal de drenagem da barragem
- 12- Barragem
- 13- Bairros residenciais com arruamento ortogonais ou paralelos
- 14- Quarteirões periféricos
- 15- Fábrica de salgas e cetárias
- 16- Nascentes e fontes
- 17- Cais com mosaico
- 18- Necrópolis
- 19- Santuários

- 20- Vilas
- 21- Fornos
- 22- Espaço Circense
- 23- Cais artificial e zona portuária
- 24- Cais e armazéns
- 25- Margem costeira atual

Fonte: SILVA, L. F. Balsa, Cidade Perdida. Disponível em: www.arqueotavira.com

³⁰ PLÍNIO, o antigo, IV,116,118 – PLÍNE L'ANCIEN Histoire Naturelle (Livre IV). Paris: Les Belles Lettres, 1998.

Século IV em diante



No III século Balsa ainda conserva as fábricas de salgas e cetárias (I). Porém no IV século são registrados núcleos de repovoamento (H), nova área de necrópole (N) e áreas parcialmente abandonadas (amarelo). Inicia-se, portanto, o processo que pode ser classificado como inibidor do crescimento urbano.³¹

A transformação na ocupação do espaço nos impele a pesquisar os processos de Romanização em distintas perspectivas temporais: 1- período do contato inicial com os Romanos; 2- período de conquista e anexação e 3- fase de consolidação do domínio Romano.

O desenvolvimento urbanístico de Balsa exemplifica estas distintas perspectivas temporais. Evidencia a interação do crescimento do espaço urbano com a manutenção e desenvolvimento da orientação econômica tradicional de inserção no circuito comercial do Mar Mediterrâneo, com a formação de uma elite local próspera e, conseqüentemente, com a elevação de Balsa a município de direito latino, na época de Domiciano (81 a 96 d. C). Significava a concessão da cidadania àqueles que detinham as magistraturas locais: pertencer ao Senado local (*Comitia*), ocupar as funções dos dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines). Fatos que favoreceram a formação e reprodução das elites locais, as quais passavam a integrar a *decurionum ordo*. A cidade passou a congregar uma nova comunidade latina que se justapunha à antiga cidade indígena. Isto certamente acelerou a apropriação das práticas sociais características da vida urbana que

³¹ Vide SILVA, L. Fraga. Balsa, Cidade Perdida. Disponível em: <http://www.arqueotavira.com>

correspondiam ao conjunto plural de significados compartilhados que englobava o “*ethos* civilizatório”, imprescindível para tornar-se Romano.³² E, portanto, entendidos por nós como discursos de Romanização.

Ressaltamos que as construções materiais que formavam os marcos espaciais urbanos não eram simplesmente imagens, se constituíam em espaços simbólicos que criavam novas possibilidades e sentidos para as práticas sociais.

O fórum era o centro da vida cívica, local de publicidade e de exibição do poder imperial e local, seja através das inscrições ou estátuas. O circo não era apenas um local de representações de combates, mas de reprodução da ordem moral da vida civilizada em formas simbólicas e o culto imperial era uma demonstração de fidelidade ao Imperador.

A interseção destas práticas espaciais com a dimensão da vida cotidiana – (espaços representacionais) pode ser testemunhada através dos registros epigráficos.



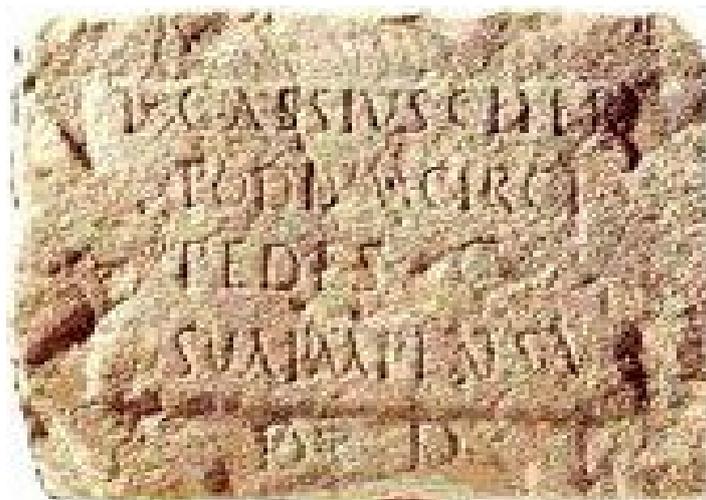
**G(aius) LICINIVS . BADIVS . /
PODIUM . CIRCI . P (edes) . C (entum) . /
SVA . IMPENSA /
D(ono) . D(edit) .**

Gaio Licínio Bádio deu, a expensas suas, cem pés do pódio do circo. Ofereceu de presente.

(IRCP, 77)³³

³² WOOLF, G. **Becoming Roman**. New York: Cambridge University Press, 1998, p. 48; et seq.

³³ IRPC = ENCARNAÇÃO, J. **Inscrições Romanas do Conventus Pacensis**. Subsídios para o Estudo da Romanização. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.



Fonte: SILVA, L. F. Balsa, Cidade Perdida Disponível em:
<www.arqueotavira.com>

L(ucius) . CASSIUS . CELER /

PODIUM CIRCI /

PEDES . C(entum) /

SVA IMPENSA /

D(ono) . D(edit) .

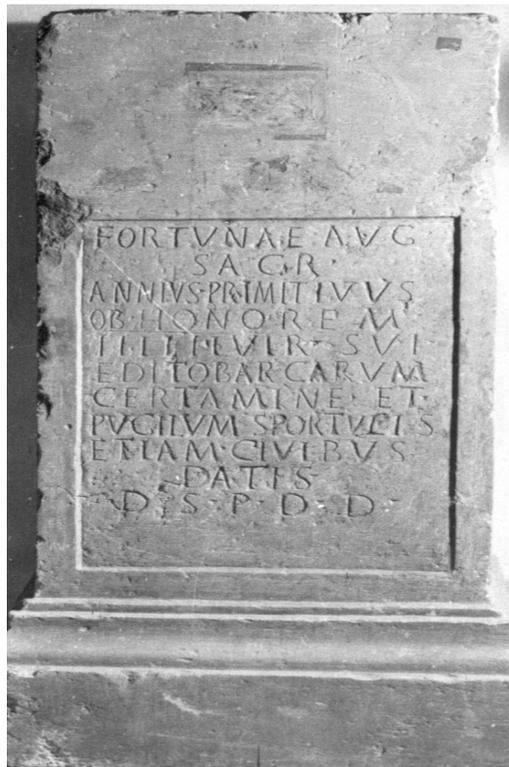
Lúcio Cássio Celer deu, a expensas suas, cem pés do pódio do circo. Ofereceu de presente.

(IRCP, 76)³⁴

A prática da benemerência cívica, também, está testemunhada nestas duas últimas inscrições, datadas do século II d.C. ou início do século III d.C. Apesar da inexistência de vestígios arqueológicos, estas inscrições atestam a existência de um circo, pois o pódio era uma balaustrada erguida diante de uma plataforma reservada às cadeiras dos espectadores mais ilustres.

Até o momento não há evidências arqueológicas da construção ou da existência de templos em Balsa. No entanto, a inscrição abaixo, datada do século III, faz menção a um séxviro, magistrado encarregado do culto imperial, levando-nos a suspeitar sobre a construção de um local sagrado para a sua realização.

³⁴ IRPC = ENCARNÇÃO, J. **Inscrições Romanas do Conventus Pacensis**. Subsídios para o Estudo da Romanização. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.



FORTVNAE . AVG (ustae) . / SACR(um) . / ANNIVS . PRIMITIVVS /
OB . HONOREN . / IIIIVIR (atus) . SVI . / EDITO BARCARVM /
CERTAMINE . ET . / PVGILVM SPORTVETIS / ETIAM . CIVIBVS /
DATIS . / D(e) . S(ua) . P(ecunia) . D(ono) . D(edit) .

Consagrado a Fortuna Augusta. Ânio Primitivo ofereceu, em honra do seu sexvirato, tendo realizado um combate de barcas e de pugilistas e também oferecido dádivas aos cidadãos, a expensas suas. (IRCP, 73)³⁵

Por outro lado, também testemunha a difusão em Balsa das duas modalidades de *ludi* (jogos): combate de pugilistas e batalha naval (*naumaquiae*).

Num outro cipó encontramos a seguinte inscrição, datada do século II:

T(ito) . MANLIO / T(iti) . F(ílio) . QVIR(ina tribu) . FAV/STINO . BALS(ensi) . /
MANLIA . T(iti) . F(ília) /FAVSTINA / SOROR . FRA /
TRI . PISSIMO / IIVIR (duunviro) . II (bis) /
D(ecreto) . D(ecurionum). EPVLO DATO

³⁵ IRPC = ENCARNAÇÃO, J. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Subsídios para o Estudo da Romanização. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.

A Tito Mânlio Faustino, filho de Tito, da tribo Quirina, natural de Balsa, Mânlia Faustina, filha de Tito, irmã, ao irmão modelo de piedade, duúnviro pela segunda vez. Por decreto dos decuriões. Tendo oferecido um banquete. (IRCP,79³⁶)

Possivelmente, também, esta inscrição foi feita para ser colocada em lugar público: no *forum*. Trata-se de uma homenagem póstuma que Faustina prestou ao irmão que testemunha a apropriação da prática do banquete pela elite de Balsa e o seu uso como uma forma de demonstração de riqueza, prestígio social e poder.

Em caráter de conclusão podemos afirmar que nas relações de poder, o dominador sempre tem algo a oferecer, assim como, os dominados têm várias formas de respostas. Por outro lado, não existe apenas um tipo de subordinação. O grupo dos subordinados também é dividido por idade, gênero, posição social. Estas diferenças interferem na posição de cada grupo frente às relações de poder e desenvolvem formas de resistência que podem ser definidas como ideológicas: “[...] quando se tenta reconstituir uma comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial”.³⁷

Penso ser neste sentido que podemos falar em resistência nos processos de Romanização, os quais designam as mudanças sócio-culturais desiguais surgidas através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas, criando em toda a extensão do mundo Romano “experiências divergentes”.

A documentação da cultura material demonstra que os vestígios dos processos de Romanização foram mais fortes nas regiões e entre os grupos sociais mais inseridos nas relações sociais com Roma, atuando como fator de acirramento das desigualdades sociais locais.

O desenvolvimento urbanístico da cidade de Balsa e a apropriação dos costumes, das crenças, das práticas sociais evidenciam os processos de Romanização porque correspondem ao conjunto de categorias culturais compartilhadas características daqueles que se consideravam Romanos. Assim sendo, viabilizou a integração, desenvolvendo um sentimento de pertença, expressado pelo conceito de cidadania, algo socialmente institucionalizado e moralmente construído. Cidadania e cidade se

³⁶ IRPC = ENCARNAÇÃO, J. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Subsídios para o Estudo da Romanização. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.

³⁷ SAID, E. *Cultura e Imperialismo* São Paulo: Companhia das Letras 1995, p. 266

confundiam e, se considerarmos a dimensão sociológica básica da noção de cidadania, como algo que se apreende, que é demarcado por expectativas de comportamento singulares de identificação, afirmamos que ser cidadão romano associado a uma *civitas* promoveu nas províncias uma renegociação e uma reinvenção radicalmente aberta e interminável de processos que possibilitavam novas modalidades de ser, conviver e de aprender. Os marcos espaciais urbanos, enquanto espaços de deambulação foram locais privilegiados de encontro com o “outro”, muitos dos quais atuavam como “lugares de memória”, expressavam simbolicamente a permanência e a duração de valores, permitindo a preservação da continuidade das gerações. Ademais, estimulava setores diferentes de comunicação porque expressavam a identificação das elites nativas aos ideais de ser Romano e serviam como instrumentos para a demonstração de poder, prestígio e riqueza destes notáveis locais. Na linguagem de Gramsci podemos identificar estes processos como “negociação colonial”.³⁸ De certa forma, as elites locais provinciais formavam uma classe dirigente unificada. Isto nos leva a entender a ligação entre Império e cultura.



www.revistafenix.pro.br

³⁸ PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 32